

CADERNOS DEMOCRÁTICOS



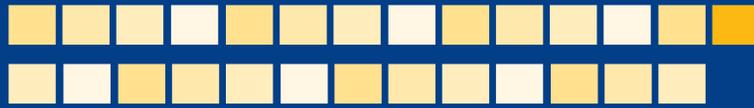
CICLO DE DEBATES

DESATANDO OS NÓS QUE ATRASAM O BRASIL

SEGURANÇA

Como tornar o sistema prisional mais eficiente





Cadernos Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Nossas prisões: problema ou solução?

Em prosseguimento ao ciclo de debates sob o tema geral “Desatando os nós que atrasam o Brasil”, o Espaço Democrático promoveu em novembro de 2013 uma discussão sobre o sistema prisional.

Questão-chave para brasileiros de todos os recantos, a sensação de insegurança preocupa cada vez mais as famílias e suscita uma pergunta sempre repetida: a solução é prender mais? Como se verá nas páginas seguintes, não existe uma resposta simples.

Para alguns, ainda que o Brasil esteja prendendo muito mais gente do que prendia antes, a criminalidade continua crescendo, demonstrando que o aumento do número de prisões não é solução, podendo inclusive se revelar um problema, na medida em que demanda investimento vultoso na construção e manutenção de presídios e acaba transformando as cadeias em escolas do crime.

Para outros, temos um déficit de punição e a população carcerária ainda é relativamente pequena quando comparada à de países mais desenvolvidos e com menores índices de criminalidade.

E há outra dúvida: cadeias devem visar a recuperação dos criminosos ou seu objetivo principal é mesmo a punição?

Para o Partido Social Democrático (PSD), é o debate de problemas como esses que nos ajudará a encontrar as soluções que o País precisa. Esta edição dos Cadernos Democráticos mostra os argumentos que embasam cada uma dessas posições. Dessa forma, estamos contribuindo para um melhor entendimento da questão da segurança e, esperamos, dando um passo adiante na busca por um Brasil melhor, mais justo e seguro.

Boa leitura.

Guilherme Afif
Presidente do Espaço Democrático



Ciclo de debates
DESATANDO OS NÓS QUE ATRASAM O BRASIL

COMO TORNAR O SISTEMA PRISIONAL MAIS EFICIENTE



Camila Dias, Rubens Figueiredo, Sérgio Rondino, Leandro Piquet Carneiro

Debatedores

- **LEANDRO PIQUET CARNEIRO**, cientista político, professor da USP e coordenador do programa de pesquisa em segurança e criminalidade do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
- **CAMILA DIAS**, socióloga, professora da UFABC e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP

Mediadores

- **RUBENS FIGUEIREDO**, cientista político
- **SÉRGIO RONDINO**, jornalista



Ideias do debate

A **prisão não tem resolvido o problema da criminalidade urbana e da segurança pública**. Ela agrava o problema da segurança em vez de ser uma solução para ele.

Precisamos de uma política de desencarceramento. Temos que pensar o seguinte: se a gente quer, se pensa que aquele indivíduo ainda pode ser útil para a sociedade, a gente tem que evitar que ele vá para a prisão.

A prisão tem que ser restrita a alguns perfis: **aquela pessoa que, se for posta em sociedade, é uma ameaça.**

Quem é preso por furto simples chega à prisão e tem a oportunidade de contato com redes mais complexas, de conhecer o ladrão de bancos. **A prisão é popularmente conhecida como faculdade do crime** porque é isso o que acontece na prática.

O Brasil está em 47º lugar no estudo comparativo que analisa a população carcerária em relação ao número de habitantes. **Os Estados Unidos estão em primeiro, com 716 presos por 100 mil habitantes**, e Cuba tem 510 presos por 100 mil.

A prisão, no Brasil, é pouco utilizada ou está muito distante daquilo que seria o esperado pelo nosso nível de criminalidade. Do ponto de vista de política criminal, **temos hoje um déficit de punição.**

Em 1988 o Brasil tinha uma taxa de 65 presos por 100 mil habitantes. Em 2010, passou para 258 por 100 mil habitantes. O Estado de São Paulo tinha 51 presos por 100 mil habitantes em 1988; em 2010, atingiu 418 presos por 100 mil habitantes. Estamos prendendo mais do que prendíamos antes e a criminalidade em todos os níveis vem crescendo também. **Isso demonstra que a prisão não é solução, é um problema.**

A ideia de que a prisão é lugar para descansar, passar férias, comer e beber, é um absurdo, falta de conhecimento do que se passa lá dentro. **Prisões são lugares onde o direito não entra.** Quase não há assistência judiciária, assistência social, psicológica, atendimento médico.

A ideia de recuperação nas prisões não existe. **O preso que sai do sistema prisional e consegue voltar a trabalhar, sair do crime, é quase um herói** porque o que a prisão faz é favorecer o aprofundamento da vida do indivíduo no crime.

Quase 80% dos presos no Brasil, estão encarcerados por crimes contra o patrimônio ou pela lei de entorpecentes. **É uma população prisional muito homogênea.**

O PCC é o cadáver no armário do governo de São Paulo. Desde a década de 1990 passaram pela Segurança Pública vários secretários que negaram a existência do PCC, até que aconteceu a primeira megarrebeldião em 2001. **A sociedade conheceu o PCC**, mas dentro das prisões já haviam sido feitas várias denúncias de um grupo que extorquia e o governo insistia que não existia, que isso era mito.

Vários Estados melhoraram seus indicadores. A pergunta a fazer é: que políticas de segurança pública foram adotadas por esses Estados? Esse é o ponto do debate que mais interessa a qualquer partido, a qualquer gestor público.

Estamos hoje com taxas de homicídio de América Central e África, e temos PIB de liderança do mundo. **A desigualdade caindo brutalmente e o crime crescendo.**

A sensação de insegurança não está necessariamente ligada às taxas de criminalidade. Geralmente, as pessoas que sentem mais medo, se sentem mais inseguras, são aquelas que moram em bairros onde as taxas de criminalidade são muito menores, são bairros de classe média alta, muito mais policiados, com iluminação, infraestrutura adequada.



Camila Dias, Rubens Figueiredo, Sérgio Rondino, Leandro Piquet Carneiro

SÉRGIO RONDINO: Começa aqui o 13º debate do ciclo “Desatando os nós que atrasam o Brasil”, promovido pelo Espaço Democrático, a Fundação para Estudos e Formação Política do Partido Social Democrático, o PSD.

Como das outras vezes, estamos sendo acompanhados via internet por militantes e simpatizantes do PSD em todo o Brasil. Nós já tratamos aqui de economia, de relações internacionais, de educação, da cultura no Brasil, de parcerias público-privadas e, também, do dinheiro dos impostos, tão mal distribuído.

Hoje o nosso assunto é, pela terceira vez, a segurança pública, a questão da criminalidade também. Só que desta vez o foco será nas prisões brasileiras e seu papel no controle da segurança pública.

Participam do debate o cientista político Leandro Piquet Carneiro, professor da Universidade de São Paulo e coordenador do programa de pesquisa em segurança e criminalidade do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo; a socióloga Camila Dias, que é professora da Universidade Federal do ABC e pesquisadora do Núcleo de Estudos da violência da USP; e como debatedor, o cientista político Rubens Figueiredo.

Cerca de 550 mil pessoas estão presas no Brasil. De acordo com dados do sistema integrado de informações penitenciárias do Ministério da Justiça, o país tem hoje a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Nos últimos 20 anos, o número de presos cresceu 251%. Apesar disso, os dados recentes apontam que os índices de criminalidade no Brasil aumentaram de 2011 para 2012.

Professora Camila Dias, não existe uma contradição nisso? Mais presos e os índices de violência não caem?



/// Eu acho que a contradição está exatamente na insistência dos governos, federal e estaduais, em uma política de encarceramento em massa mesmo com os dados - tais como esse que você citou - mostrando que a prisão não tem resolvido os problemas de criminalidade urbana e da segurança pública em geral. Ao contrário, as prisões são espaços que permitem que os criminosos se articulem e construam redes mais densas e complexas. Elas agravam o problema da segurança em vez de ser uma solução para ele. ///

SÉRGIO RONDINO: Professor Leandro Piquet Carneiro, como avalia esta questão?



/// Eu acho que esses dados precisam ser colocados em um contexto, de forma mais adequada. Não existe encarceramento em massa no País. O Brasil está em 47º lugar no estudo comparativo que analisa a população carcerária em relação à população, feito pela Universidade de Essex (Reino Unido). Os Estados Unidos estão em primeiro, têm uma taxa de 716 presos por 100 mil habitantes. Cuba tem 510 presos por 100 mil, e o Brasil aparece na 47ª posição. Não é encarceramento em massa. Isso é um atalho para a gente condenar, obviamente, um sistema que tem muitos problemas, que precisa de muitos investimentos, reformas, mas ao contrário, do ponto de vista de política criminal, nós temos hoje, no País, justamente um déficit de punição. Nós precisa-

mos aproximar o Brasil daquilo que é o esperado, dado o nível de criminalidade violenta que o país apresenta. Nós estamos abaixo de países que são menos violentos. E a forma correta de ler os dados não é pelo número absoluto de presos porque o Brasil, obviamente, é o quarto em quase tudo: está lá liderando a economia, população, tamanho. A gente tem que levar em conta presos por habitantes para ter um quadro comparativo mais adequado. Quando fazemos essa conta, percebemos que o problema é de outra natureza. O Brasil está atrás no que diz respeito a esta forma de punição. A prisão é pouco utilizada ou está aquém daquilo que seria o esperado dado o nosso nível de criminalidade. ///



SÉRGIO RONDINO: Portanto, o senhor acha que o Brasil prende pouco e ela acha que prende demais...

CAMILA DIAS

// Em relação à taxa relativa, o Brasil, em 1988, tinha uma taxa de 65 presos por 100 mil habitantes. Em 2010 essa taxa passou para 258 por 100 mil habitantes. O Estado de São Paulo, particularmente, tinha 51 presos por 100 mil habitantes em 1988; em 2010 atingiu 418 presos por 100 mil habitantes. Ainda que o Brasil não tenha chegado ao patamar que alguns especialistas consideram que é o ideal de presos no País, a gente percebe, a partir da evolução da taxa relativa da população prisional que temos um crescimento da população prisional não só em números absolutos, mas também em termos relativos. Acho que isso reitera a

minha percepção sobre o assunto. Ainda que nós estejamos prendendo muito mais do que prendíamos antes, a criminalidade em todos os níveis vem crescendo também. Isso demonstra que a prisão não é solução, é um problema. Para dar um exemplo bem simples e claro: o criminoso chamado popularmente de ladrão de galinha, preso por furto simples, chega à prisão e tem a oportunidade de se enredar em redes mais complexas, de conhecer o ladrão de bancos. A prisão é popularmente conhecida como faculdade do crime, e acho que é isso que acontece na prática. //



RUBENS FIGUEIREDO: Eu queria colocar uma questão que é a da qualidade do nosso sistema prisional. A população enxerga as prisões como um lugar de facilidades: telefone celular, visitas íntimas... Eu gostaria de saber se o sistema prisional brasileiro recupera ou se a taxa de reincidência e o nível do crime que é cometido por aqueles que são egressos do sistema é pior do que aqueles que o colocaram lá dentro.

CAMILA DIAS

// Eu conheço muito bem as prisões, não só por ter pesquisado dentro delas, mas porque atualmente sou membro do conselho da comunidade, faço visitas de inspeção. Essa ideia de que a prisão é lugar para descansar, para passar férias, para comer e beber, é um absurdo, além de uma falta de conhecimento absoluta do que se passa lá dentro. É também um desses mitos que se desenvolvem e que muitas vezes se repetem sem o mínimo conhecimento do assunto. As prisões são lugares onde o direito não entra - a coisa do direito abstrato, jurídico, não entra, lá não há direito algum. Há as normas institucionais e as normas do próprio crime organizado. Muitas vezes - isso em São Paulo, que é o Estado mais rico da Federação

- a comida é insuficiente, falta comida. Há quase ausência de assistência judiciária, assistência social, psicológica, atendimento médico. Há presos morrendo dentro do sistema porque não têm atendimento médico. Então, é um mito essa ideia de que a prisão é um lugar de facilidades. Pode ser para alguns presos, digamos, privilegiados. Pode ser para algumas pessoas, mas a população carcerária em geral não tem esse tipo de benefício. E a ideia de recuperação também não existe. Eu sempre digo que o preso que sai do sistema prisional e mesmo assim, apesar da prisão, consegue voltar a trabalhar, sair do crime, esse é quase um herói, porque o que a prisão favorece é o aprofundamento da vida do indivíduo no crime. //

SÉRGIO RONDINO: As nossas prisões são centros de reabilitação ou elas são, na verdade, escolas de crime. Queria ouvir o professor Piquet Carneiro sobre isso.

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho que a principal função do sistema penitenciário e da pena de prisão não é a recuperação. Em nenhum lugar a gente pode ter essa expectativa e essa é uma expectativa que não se confirma com base em nenhum estudo empírico. O preso não sai do sistema prisional melhor do que entrou. Ele cumpre uma pena, que tem o efeito de representar para o infrator um custo. Então, o que o sistema prisional faz, em primeiro lugar, é estabelecer um custo para delito. Se vai cometer um crime, o infrator computa o tempo que passará preso como um custo importante para o delito. Se optarmos, como sociedade, por rebaixarmos essa punição ao nível mínimo, teremos problemas do ponto de vista do aumento do crime, porque o crime vai ficar mais barato. //

RUBENS FIGUEIREDO: Existe na percepção popular comum a ideia de que se você tiver mais médicos, você tem mais saúde. Na questão do crime, como vocês estão colocando, isso não acontece. Então, a população quer o quê? Penas mais duras, as pesquisas mostram isso, quando o mais lógico parece ser penas alternativas para crimes leves. Como conciliar esta questão?

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Acho que essa não é uma questão apenas de uma política do executivo. O executivo é uma parte nessa engrenagem; o judiciário é fundamental e obviamente a lei penal e a política penal são decisivas para a gente chegar próximo a uma resposta sobre o que você está levantando. Condenar a pena de prisão depende de um conjunto de avaliações e, principalmente, uma avaliação da Justiça com relação a isso. Não é o executivo que decide encarcerar em massa. Não existe esse botão na mesa do governador que ele roda e diz: "Eu vou encarcerar". Esse botão é um processo que todo o sistema de justiça criminal opera. Há condenação quando é prevista na lei. Agora, ainda temos que computar as facilidades com relação à execução penal. O que eu quero enfatizar é o seguinte: qualquer comparação que a gente faça, olhe para o mundo, o Brasil está longe de ser um país que abusa da pena de prisão. Pelo contrário, o Brasil é um país que utiliza a pena de prisão com extrema parcimônia diante de problemas gravíssimos de crime que temos. Nós temos problemas que são de natureza complexa, como a presença do crime organizado. Nós temos problemas de um crime que se capilariza associado ao tráfico de drogas e dificilmente nós vamos conseguir, como sociedade, fazer frente a essas ameaças sem recorrer em algum nível a penas de prisões mais intensas. //

SÉRGIO RONDINO: A impressão que eu tenho, pelo que você está dizendo, é que o Brasil aplica pouco a pena de prisão, mas aplica mal, se aplica pouco. Sobre isso, o sociólogo Túlio Kahn, que é o coordenador do Conselho Temático de Segurança Pública do Espaço Democrático e também um dos organizadores desse debate, tem uma pergunta para os senhores.

TÚLIO KHAN



// Eu gostaria de levantar a seguinte questão: na última década, houve a queda de homicídios, por exemplo, no Estado de São Paulo e também no Rio de Janeiro. O Estado de São Paulo adotou uma política de encarceramento em massa, ao contrário do Rio de Janeiro, que prende relativamente pouco. Ao nível internacional, há as experiências dos vizinhos Estados Unidos e Canadá - o primeiro com a maior taxa de encarceramento do mundo e o segundo encarcerando pouco, e ambos com queda de criminalidade. Então, a pergunta é a seguinte: é eficaz ou há alternativas mais eficazes ao encarceramento em massa, uma vez que isso tem custos para o País e o Estado que o adota? //

CAMILA DIAS

// O que eu penso, continuando até a sua frase: o Brasil encarcera muito mal porque a gente tem uma alta taxa de encarceramento, em tendência de crescimento constante há décadas. Nos dados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, são quase 70%, eu acho que 80% dos presos no Brasil, estão presos por crimes contra o patrimônio ou pela lei de entorpecentes. Então, há uma população prisional muito homogênea. Se o Leandro considera, por exemplo, que se encarcera pouco, que o Brasil é o País da impunidade, eu diria que é verdade, sim, desde que a gente considere essa impunidade seletiva. Nós temos centenas de tipos penais, só que se você olha os perfis dos presos, tem ali seis ou sete tipos que se encontram encarcerados, ou seja, há uma grande variedade de tipos penais que não vão para a cadeia. E nós sabemos bem quais são: os crimes que envolvem pessoas de classe mais alta, classe média, classe política, crimes que não são cometidos pela população mais pobre. Esse é o grande problema. Em relação ao tráfico de drogas, enquanto continuarmos encarcerando os garotos que vendem na biqueira, os aviõezinhos, a gente está enxugando gelo, porque todo o esquema, o grande esquema de tráfico de drogas continua, apesar desses garotos - porque no dia seguinte eles já podem repor com folga aquele garoto para vender e o esquema continua. É chover no molhado porque fala-se nisso há tanto tempo, mas não se faz. É preciso quebrar a estrutura do comércio de drogas - não vou nem falar da questão da legalização, mas considerando a atual penalização e criminalização do comércio e do uso de drogas. Enquanto não se atingir a estrutura dessas redes, encarcerando ou atingindo a estrutura financeira

das organizações - não é só o PCC e o Comando Vermelho, são os financiadores, aqueles que estão até acima dessas organizações de criminosos comuns -, a gente está enxugando gelo. Então, a gente encarcera quem? Acho que essa é uma boa questão: quem é que está nas prisões? E quem não está? Acho que essa é uma pista para a gente pensar por que a prisão é um problema e não uma solução. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho muito boa essa observação. Esse dado que você citou não permite entender exatamente se estamos encarcerando mal pelo seguinte: normalmente isso não é uma coisa que acontece só no Brasil. O infrator é preso várias vezes ao longo da vida. Então, o que nós precisaríamos, de fato, para entender se estamos encarcerando mal, é de um dado longitudinal da história de vida de cada preso. Isso pode ser transformado em um dado muito interessante, que permitiria dizer o seguinte: nós estamos tratando o primeiro infrator com penas de prisão ou nós estamos prendendo várias vezes a mesma pessoa por crimes menores. Aí é um problema da nossa legislação, é um problema do sistema de segurança de uma forma mais geral, que não permite essa seletividade que muitas vezes pode parecer muito interessante. Vamos prender só o grande, só aquele cara que tem um papel decisivo nessas redes de crime organizado. Mas isso não é exatamente desmentido quando você mostra e diz o seguinte: nós estamos prendendo o cara porque ele fez um tráfico ou um porte. Você só vai saber se ele é um nó da rede, um hub da rede do crime organizado, se olhar a carreira dele no crime. Se ele for preso dez vezes fazendo a mesma coisa, tem alguma coisa errada com esse cara. //

RUBENS FIGUEIREDO: Mas o PCC é muito forte nos presídios. Ameaçou de morte o governador de um Estado como São Paulo, de dentro do presídio.

CAMILA DIAS

// Seria muito importante que a gente tivesse estudos longitudinais para refletir sobre a trajetória de vida dessas pessoas. A gente não tem. Sequer tem um número confiável sobre reincidência, porque não há estudos que mostrem de fato quantos dos que estão no sistema prisional são reincidentes. O que é o reincidente? Muitas vezes ele sai da cadeia ainda respondendo um processo e retorna. Isso não é reincidência. Se a gente não tem claro nenhum estudo que consiga demonstrar faixas de reincidência de fato... Recentemente foi feito um estudo que envolveu algumas instituições, como o "Sou da Paz", que mostrava que no tráfico de drogas, a maioria é presa em flagrante e com quantidades absolutamente pequenas de drogas. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Isso não é o problema. Isso é uma característica do crime. //

CAMILA DIAS

// É um indício de que você está pegando o pequeno. //

RUBENS FIGUEIREDO: Mas os grandes chefes do PCC estão presos.

CAMILA DIAS

// Os grandes chefes do PCC estão presos. Mas são um nó na rede que continua funcionando, a despeito da prisão dos grandes chefes. Eu acho que acima do PCC tem muita gente que financia isso, envolvendo o sistema bancário, financeiro, a economia formal, o sistema político. Cadê o dinheiro que é lavado? Em algum lugar tem que estar. //

SÉRGIO RONDINO: O professor estava discorrendo aqui.

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu discordo do seguinte: quando o infrator entra em contato com o sistema de justiça criminal e você diz, "olha, temos presas aqui essas 100 pessoas, 80 foram pequenas quantidades de drogas". Mas não se sabe quantas vezes o mesmo cara foi preso, então você pode estar diante de um nó da rede do crime organizado, um cara que tem um papel decisivo numa área, numa organização criminosa. Não é só o PCC, mas o local do crime, do roubo. Pode ter cometido um roubo antes, pode ter feito outros crimes ao longo do ano e você pegou por um desses crimes. Isso é simplesmente um dado pequeno, então nós vamos falar o quê? Vamos falar, "olha esse cara aqui foi preso por esse crime de menor potencial, logo ele é um infrator de menor potencial". Essa referência está errada ou fadada a estar errada com muita frequência porque nós não sabemos nada da história criminal desse indivíduo. //

CAMILA DIAS

// Mas se ele foi preso - ainda que tenha sido preso 10 vezes, o que não é um absurdo... você tem muita gente no sistema que é assim. Não quer dizer que ele represente o núcleo da organização, por que quem é que está mais exposto ao flagrante da polícia? São aqueles que estão nas pontas. Aqueles que estão mais expostos ao flagrante, à atuação, à intervenção policial, são justamente os que estão na ponta. Os que estão nas bases das organizações estão menos expostos. Então, o jovem - porque geralmente são muito jovens - pode ter sido preso 15 vezes, mas isso não quer dizer que ele era alguma coisa naquela organização. Justamente por ele não ser nada é que ele foi preso 15 vezes. //

SÉRGIO RONDINO: A propósito de organizações criminais e crime organizado, eu quero voltar ao professor Tulio Kahn, que tem uma questão exatamente a respeito da dimensão e da importância do crime organizado.

TULIO KAHN

// Recentemente o Ministério Público de São Paulo divulgou dados de uma investigação mostrando que o PCC tem 11 mil membros e está espalhado em 22 Estados da federação. Até pouco tempo atrás, um ex-secretário de Segurança falava que o PCC não passava de 30 membros, todos já presos. O Estado de São Paulo tem subestimado o poder dessa facção? //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Sim, eu acho que o governo do Estado tem errado em vários aspectos no que diz respeito a como tratar esse tema, e o principal problema tem sido justamente a falta de um conceito orientador, de uma visão que sirva para nortear a política com relação ao crime organizado no Estado. O crime organizado hoje, no Estado, é o principal problema de segurança que enfrentamos. É preciso, do meu ponto de vista, ter uma política focalizada onde há a presença do crime organizado, com policiamento ostensivo e policiamento de investigação. O crime organizado precisa ser levado a sério e o governo errou em 2006 ao subestimar o poder do PCC nos presídios. De lá para cá foram vários enfrentamentos, com assassinatos de policiais, que nós enfrentamos no Estado, o que de fato não deixa dúvida com relação a extensão desse poder. E nisso o governo precisa atualizar e mudar as suas diretrizes. Eu concordo com o comentário do Túlio. //

CAMILA DIAS

// Outro dia escrevi que o PCC é o cadáver no armário do governo de São Paulo. Eu penso que o governo do Estado de São Paulo há muitos anos vem tendo dificuldades em lidar com o PCC. Desde a década de 1990 passaram (pela Segurança Pública) vários secretários que negaram a existência do PCC, até que o PCC promoveu a primeira megarrebelião em 2001, quando estendeu suas

faixas. A sociedade conheceu o PCC. Só que dentro das prisões já haviam sido feitas várias denúncias de um grupo que extorquia e o governo insistia que não existia, que isso era mito. Passada essa primeira crise, eu lembro que em 2003 e 2004 eu fazia pesquisa de mestrado dentro do sistema prisional e para mim era muito clara, óbvia, explícita, a presença do PCC organizando a vida prisional naquele momento. E o governador dizia que o PCC havia sido desarticulado completamente por conta do regime disciplinar diferenciado. Naquela época, os presos diziam que estavam na paz, estavam com a bandeira branca hasteada, que ninguém podia matar ninguém. Isso em final de 2003 e 2004. Quem estava dentro das prisões via que não era nada disso, que o PCC estava forte e atuante. Em 2006 caiu por terra o discurso do governo de que o PCC estava desarticulado, quando houve a tal crise de maio. E de lá pra cá há sempre pessoas ligadas ao governo que insistem em negar a capacidade de articulação do PCC, a força do PCC. Depois que defendi minha tese de doutorado, em que expunha mais ou menos o que foi divulgado agora pelo Ministério Público - claro que não com tantos detalhes porque eu não tinha acesso a escutas telefônicas, mas com a estrutura do PCC muito semelhante a essa que foi divulgada recentemente - ouvi em muitos espaços que fui debater, de pessoas ligadas a pessoas do governo, que minha tese não valia nada, que eu era irresponsável por falar aquilo. Então, até me espanta um pouco e me produz estranhamento em relação a esse estardalhaço todo que foi feito agora. Não sei os motivos, não sei o que aconteceu para de repente o governo assumir que o PCC tem essa força toda. Não sei o que aconteceu, mas alguma coisa mudou isso e, de fato, é bastante interessante. //

SÉRGIO RONDINO: Não sei se é mito ou realidade. Com a organização dos criminosos mandando nos presídios, fala-se que eles conseguem definir até mesmo a taxa de criminalidade - menos mortes ou mais mortes. Eu queria ouvir a opinião do professor e depois a sua.

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho que nós temos no Brasil um nó muito claro nessa área. Tirando um pouco do contexto específico de São Paulo, se a gente observa o que o anuário estatístico de 2013 traz de mais interessante, vamos encontrar o seguinte: que um conjunto de Estados no País conseguiu melhorar muito as taxas de homicídios por 100 mil habitantes no período de 2005 a 2013. Vários Estados tiveram sucesso: São Paulo, o principal, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro. E vários Estados pioraram muito, principalmente os Estados do Nordeste e Santa Catarina. Acho muito interessante a gente olhar para esse grupo de Estados que teve bom desempenho nesse período e fazer a seguinte pergunta: que políticas de segurança pública foram adotadas por esses Estados? Acho que esse é o ponto do debate que mais interessa a qualquer partido, a qualquer gestor público. É saber que políticas de segurança pública podem ser feitas, podem ser adotadas pelo governo.

Nós estamos falando aqui da dimensão legislativa, que políticas penais, do ponto de vista, que leis. Acho que olhar para São Paulo e simplesmente desfazer os resultados significativos de redução de homicídios - porque isso é uma questão que obviamente será partidari-

da, será tratada no próximo debate eleitoral com muita intensidade - é uma irresponsabilidade. Simplesmente descartar as conquistas de São Paulo, como se fossem produto de uma ação do crime organizado. Acho que há vários Estados no País que estão enfrentando uma situação difícil - Alagoas, vários Estados do Nordeste - e que precisam em todo o momento pensar o que pode ser feito. O que pode ser feito é mais ou menos o que São Paulo fez, o que o Rio de Janeiro está fazendo, o que Espírito Santo, Pernambuco estão fazendo, com pacto pela vida. Existem exemplos em vários lados do espectro partidário e a gente não precisa ficar aqui preso a uma coisa pequena de disputa local em São Paulo porque o Brasil precisa aprender com coisas que dão certo. São Paulo deu muito certo, Rio de Janeiro tem dado certo com a pacificação, com a gestão competente do sistema de segurança pública. São partidos diferentes, políticas diferentes. Pernambuco adotou o Pacto pela Vida. Então, se a gente olhar bem vai encontrar exemplos de boa gestão, de boas práticas que produziram resultados. Temos que afastar essa visão com consequências muito ruins, de que nada foi feito aqui em São Paulo, e que as coisas aconteceram do jeito que aconteceram simplesmente porque tivemos sorte e o crime organizado nos ajudou. Isso não é verdade. O que aconteceu aqui depende de política de segurança. Mas não aconteceu só aqui não, acontece em todo o lugar onde o gestor, a liderança política se coloca diante a tarefa de organizar essa área, olhar com calma, olhar com a visão fina que o gestor tem que ter para todo assunto público de relevância, e esse é um deles. Essa é a principal lição que nós tiramos do caso São Paulo.



CAMILA DIAS

// A gente precisa olhar esses números atentando para as diversidades dos contextos de cada Estado da Federação. As políticas de segurança, obviamente, são fundamentais, são importantíssimas, mas elas não são implementadas no vazio, elas interagem com o contexto social, com o contexto político, com o contexto econômico em cada Estado da federação. A forma como se organizam, por exemplo, as forças policiais... Há um complexo de interações que vai produzir o resultado. Então, muitas vezes é muito difícil conseguir apontar exatamente o que produziu o impacto x ou y. Antes é preciso até uma certa correção porque a gente fala que São Paulo reduziu as taxas de crimes, o que não é verdade. O que caiu em São Paulo de forma vertiginosa, nas últimas décadas, foram os homicídios apenas, porque os outros tipos de crimes - roubo de veículos, roubo a bancos, roubo de carga, furtos, sequestro - têm algumas quedas pontuais, mas a sequência temporal é de aumento, é crescente. Em quase todas as modalidades de roubo há quedas pontuais, naquela avaliação trimestral, mas a tendência geral nos últimos anos é de aumento.

Então, é importante essa distinção. Os homicídios sim tiveram uma queda de cerca de 70% de 15 anos para cá. Eu não nego que as políticas de segurança sejam fatores fundamentais no impacto sobre todas as taxas de crimes, só que é preciso não ter uma visão unilateral, como se apenas as políticas de segurança pudessem explicar uma queda como a de São Paulo. Ninguém consegue me convencer que qualquer que seja a política explique uma queda de mais de 70% dos homicídios. Acho que isso não é passível de explicação a partir de uma reorganização da polícia, do encarceramento, ou como algumas pessoas colocam, o desarmamento. Há um rol de ações, e todas têm a sua influência.

Houve uma política de desarmamento, uma capilarização maior de ongs e de redes de proteção social em regiões vulneráveis, no caso de São Paulo. Houve melhor organização das forças policiais, racionalização do uso das polícias civil e militar. Embora seja um tabu falar disso, se eu não falar, é negar aquilo que a gente ouve e o que a gente vê. Não é que São Paulo teve sorte de contar com o PCC, é uma questão de compreender a dinâmica criminal. A forma que o PCC alcançou nas últimas décadas em São Paulo, a hegemonia no mundo do crime - não estou dizendo que foi um fator, não é relação causal - contribuiu para a queda dos homicídios. Se a gente considerar que historicamente os homicídios têm uma associação com a disputa no varejo do tráfico de drogas, quando há, como no caso de São Paulo, a partir de 2003, 2004, a hegemonia de uma organização no controle desse negócio - e controla não apenas o comércio, mas também os conflitos decorrentes dele, controla dentro da prisão e fora dela -, a consequência é uma redução do nível de homicídios como forma de resolver esses conflitos. //

SÉRGIO RONDINO: Eu quero ouvir o professor, que estava discordando dos dados. Quando se fala em aumento ou redução dos homicídios, a senhora está citando homicídios entre quadrilhas e a população está sempre pensando em homicídios contra nós, cidadãos. Eu não sei se há a separação estatística disso.

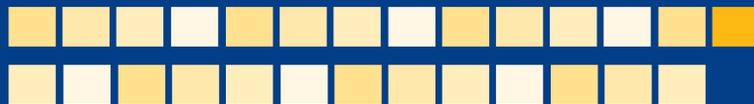
LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho que o debate aqui de São Paulo é certamente muito interessante, tem importância para o País. Se nós olharmos para trás, para o início da década de 2000, vamos identificar dois processos muito importantes. O DHPP, Departamento de Homicídios, passou por um processo de reestruturação, contou com uma liderança muito competente nesse período e investiu fortemente na investigação dos homicídios. Vários crimes em São Paulo caíram. A última pesquisa de vitimização feita aqui em São Paulo, que é muito boa para a gente entender o que está acontecendo, mostra que houve redução. É uma pesquisa que não leva em conta estatística policial, ela vai direto às vítimas nos domicílios e mostra que houve uma estabilidade em muitos crimes, uma estabilidade em um patamar alto, e vários crimes importantes caíram. Roubo de veículos é um deles, caiu muito, inclusive do ponto de vista daquilo que é relatado pelas vítimas. Então, hoje nós temos segurança de que não foi apenas uma redução do homicídio - como se redução do homicídio fosse algo pequeno. Não é, é o objetivo mais importante da política de segurança, é a preservação da vida. Os dados são de duas fontes diferentes e confirmam a mesma tendência. Nós temos a pesquisa de vitimização de São Paulo, feita na capital, pelo Insper - feita em 2003, 2008 e 2013. Esta pesquisa é domiciliar e pergunta se a família do entrevistado foi vítima de algum crime. Não está aumentando. Está estável na maioria dos crimes. Os crimes que estão aumentando são os que envolvem cartões de crédito, fraude eletrônica, fraude bancária, mas os crimes com armas, os crimes violentos, estão diminuindo. //

RUBENS FIGUEIREDO: Esses dados se expandem para o Brasil todo?

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Não. Esse dado é da Capital de São Paulo. Só tem um ponto aqui para a gente comparar três momentos de São Paulo. No Estado inteiro, o dado de roubo de carro tem mostrado queda: roubo de carga, sequestro. Olha aí a grande figura do final da década de 1990. Agora com tendência de queda. Acho que é muito importante concentrar mais uma vez a questão do homicídio. O que que foi feito? DHPP investigou, indiciou e condenou. O Ministério Público de São Paulo tem promotores que procuram a condenação, buscam a condenação e conseguiram altas taxas de condenação de infratores e homicidas. A polícia investigou e desarticulou as quadrilhas de dentro da própria polícia, associadas a grupos de extermínio. E o policiamento ostensivo, muito importante, passou por um processo longo de reestruturação e redistribuição de efetivo no terreno. Isso é política de segurança pública. Isso é resposta àquilo que é ameaça, àquilo que o crime representa. O crime ataca a sociedade, o Estado organiza suas políticas de segurança para fazer frente a essas ameaças e um dos resultados é o aumento do encarceramento de homicidas, traficantes, ladrões de banco, assaltantes, infratores que são efetivamente uma ameaça à sociedade. Isso é uma coisa que na política de segurança precisa ser entendida como a grande figura. A gente está diante de um desafio que não é pequeno. O País hoje tem uma situação estranha no mundo. O Brasil é um país muito rico e muito violento, muito mais violento do que deveria ser, dado o nosso nível de riqueza. //



SÉRGIO RONDINO: Nós estávamos falando que o Brasil prende pouco, mas prende mal. Mas qual é a solução, o que falta fazer no País para que essa situação mude, para que a gente pare de chamar as prisões brasileiras de masmorras? Tem solução para isso?

CAMILA DIAS

// Não há um receituário, não há um passe de mágica. Embora possa parecer muito abstrato e algo muito longe das possibilidades concretas de efetivação através de políticas públicas, eu acho que não tem como passar pela discussão da extensão dos direitos. A gente viveu uma re-democratização, mas esquece, quando se debatem números, estatísticas, panoramas nacionais,

que há ampla parcela da nossa população que não sabe nem o que é justiça, não sabe o que é judiciário, não tem acesso a qualquer tipo de justiça, não tem noção dos seus direitos. Não é questão apenas de educação, de saúde pública de qualidade. É questão da acepção mais ampla de ser cidadão, de acesso a direitos e garantia dos direitos, a atuação seletiva da polícia, a violência policial contra pobre da periferia. Enquanto a gente não tiver uma ação do Estado com um foco dirigido ali, à garantia, à preservação do direito dessa população, a gente vai continuar encarcerando. Um sinal evidente de que o encarceramento não funciona: a gente encarcera e tem sempre uma demanda crescente, precisamos construir mais prisões para encarcerar mais. //

RUBENS FIGUEIREDO: Tem sempre um déficit...

CAMILA DIAS

// São Paulo investiu maciçamente na construção do sistema prisional nas últimas décadas. //

RUBENS FIGUEIREDO: Mas se prender é ruim, por que essa política é boa?

CAMILA DIAS

// Quando a gente fala em investimento na polícia em São Paulo, leia-se investimento na Polícia Militar, porque se a gente pega lá nos gráficos do anuário, aumento do orçamento com a Polícia Militar é desconsertantemente maior do que o investimento na Polícia Civil, ou seja, a gente está falando de investimento que prioriza o confronto, o embate, em detrimento da investigação. Embora o DHPP tenha representado uma grande evolução na qualidade da investigação, se a gente pega as pesquisas que mostram quantos inquéritos chegam a uma conclusão, são solucionados, o número é ridículo, não chega a dois dígitos, mesmo em casos de homicídio. Então, precisamos ter qualidade no gasto. Se pensarmos em segurança pública apenas com esse foco mais restrito de polícia e prisão... Se é para prender vamos prender aquele que tem um papel significativo, por exemplo, na economia do crime. Vamos prender também, por que não, os corruptos? Por que não os que lavam dinheiro, que mandam dinheiro para o exterior? Por que esses não são presos? //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eles são presos, o problema é que eles são em pequeno número. Cinco que foram presos na semana passada. //

CAMILA DIAS

// Mas já estão fora. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Aí você tem que fazer a Constituição do País de novo. //

CAMILA DIAS

// Mas a realidade é que eles já estão fora, eles não ficam na cadeia. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Então vamos fazer as leis de novo, a gente não tem esse poder. //

CAMILA DIAS

// Não são as leis, é porque eles têm advogados. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Mas é ótimo que seja assim. //

CAMILA DIAS

// Mas nós temos que estender o direito à defesa a toda a população. Tem que ser equânime. A gente tem que ter equidade na distribuição da justiça. //

SÉRGIO RONDINO: Quero fazer uma pergunta bem popular a respeito disso. Tudo bem, há objetivos maiores a serem atingidos a médio prazo, a longo prazo, melhorar os presídios, investir nas polícias, investir na população na questão social e tal. O que o povo pergunta é o seguinte: o sujeito comete um crime, me assalta, bate ou mata. E se não prende, vai fazer o quê? Pergunta que pode estar na cabeça do espectador lá do outro lado. O que a senhora acha?

CAMILA DIAS

// Não estou defendendo que todos têm que ser soltos, mas se a gente pegar o anuário, os presos por homicídio não chegam a 10% no Brasil - os que respondem ou estão condenados por homicídio. Eu sou péssima para decorar números, mas a gente pode depois olhar no anuário. 80% da população prisional está presa por crime contra o patrimônio e, sobretudo, pela lei de entorpecentes. //

SÉRGIO RONDINO: Então, a senhora defende penas alternativas?

CAMILA DIAS

// Sim, acho que deveria existir uma política de desencarceramento. Temos que pensar o seguinte: se a gente quer, se pensa que aquele indivíduo ainda sirva socialmente, que ainda pode ser útil para a sociedade, a gente tem que evitar que ele vá para a prisão. Porque se ele for encarcerado, as possibilidades de que ele volte, que ele venha a ser útil, trabalhe... elas são muito menores do que quando ele foi para a prisão. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho que essa frase, "prende mal"... Eu acho que a gente prende quem dá pra prender, o que é possível prender. Em qualquer sistema de justiça criminal do mundo é assim: prende o que dá. Eu vou trazer más notícias: recuperação, esquece, não vai dar certo. Não é para isso que o sistema penitenciário serve como primeiro objetivo. Ele vai sofrer. O preso cometeu um ilícito que segundo o juiz justifica que ele lá esteja. Isso significa um custo para a sociedade. A conta é pesada, é pesada para ele. Tem todos os problemas de direito que precisam ser obviamente monitorados de perto. Nós temos uma posição muito estranha: somos um País muito rico e muito violento. Estamos hoje com taxas de homicídio de América Central e África, e temos PIB de liderança do mundo. //

RUBENS FIGUEIREDO: Desigualdade mais próxima da África, do que...

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Desigualdade caindo brutalmente e o crime crescendo. Ao mesmo tempo em que ela cai o crime cresce. Nos Estados em que ela mais caiu, é também onde o crime mais cresceu. Essa relação é muito difícil de ser estabelecida de forma direta. //

RUBENS FIGUEIREDO: E quando você fala que o Brasil é rico, tem um dos maiores PIBs do mundo... Se medir riqueza por equidade, que é o conceito mais adequado, vai ver que não é. Então, essa riqueza não se transforma em vida confortável para as pessoas.

SÉRGIO RONDINO: Se eu estou entendendo direito, vocês estão associando pobreza a criminalidade?

CAMILA DIAS

// Não, não é a pobreza, é a desigualdade. //

SÉRGIO RONDINO: Associando isso à desigualdade.. Eu sou classe média e ele milionário; então, vou ser criminoso, quer dizer, a condição econômica é caminho para o crime.

CAMILA DIAS

// Você tem um País rico e cria a expectativa de uma vida melhor. E aí que eu digo: não é só econômica, é a questão dos direitos também. É poder ter advogado que te tira da prisão, que fala "esse cara foi preso por furto, ele não vai ficar na prisão, ele vai aguardar o julgamento em liberdade, como estão aguardando esses corruptos que acabaram de sair da prisão, aqui acusados de corrupção, e tantos outros crimes aguardando em liberdade". Isso é equidade em termos de direito. Claro que tem um corte sócio-econômico, mas não é apenas a questão sócio-econômica. Eu acho que quanto mais rico e desigual é o País, você gera uma situação de violência, que faz que uns tenham de andar com o carro blindado na rua e outros tenham que se engalfinhar para conseguir comida. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Bom, quem conseguir provar isso vai ganhar o Prêmio Nobel de Economia. //

CAMILA DIAS

// Mas o contrário também não se prova. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu estou fazendo uma conta muito simples: ninguém no nosso clube de riqueza tem as características que nós temos. Ninguém, nenhum país. E nós temos no nosso clube de riqueza, países desiguais. Rússia muito desigual também. Nós temos países que estão lá em cima, que são desiguais. Estados Unidos têm desigualdade crescente. Na década de 1990 teve desigualdade crescente, com reduções dramáticas no crime violento. Então, essa relação entre desigualdade e crime, no Brasil e olhando o mundo, não é muito fácil de ser estabelecida. Há algumas evidências que sim, que tem ali uma relação; tem muitas evidências de que é no mínimo fraco o efeito da desigualdade sobre o crime. O que eu estou dizendo é o seguinte: nós estamos em um nível de riqueza, renda per capita, que não faz esperar o nível de violência que temos. A questão principal hoje é como fazer com que as políticas de segurança tenham resultado e, mais uma vez, há exemplos no Brasil de bons resultados? Há. O Rio de Janeiro pacificou e adotou mecanismos de gestão. Pernambuco adotou uma política agressiva de gestão com o Pacto pela Vida. Espírito Santo está resolvendo. São Paulo teve uma coisa diferente, mais sistêmica do que propriamente de política de governo. //



RUBENS FIGUEIREDO: Não é o que a sociedade percebe, ao contrário. As pesquisas mostram que, pela primeira vez desde agosto de 2011, existe mais pessoas achando que a segurança nos próximos meses vai piorar do que achando que vai melhorar. E talvez esse efeito dos *black blocs* seja algo que passe a sensação de impunidade porque as pessoas são detidas e depois liberadas. Então, se há avanços, você tem também uma sensação de insegurança crescente, eu diria, em um nível recorde.

CAMILA DIAS

// É, a sensação de insegurança não necessariamente está atrelada às taxas de crimes, tanto que se a gente for medir a sensação de insegurança a partir de variáveis sócio-econômicas, a região onde a pessoa reside, a gente vai ver que tem uma certa inversão: geralmente as pessoas que sentem mais medo, se sentem mais inseguras são aquelas que residem em bairros onde as taxas de crimes são muito menores, são bairros de classe média alta, que são muito mais policiados, têm iluminação, tem infraestrutura absolutamente adequada. As taxas de crime, por exemplo, em Moema, são de Suíça, as taxas de homicídios e de outras... //

RUBENS FIGUEIREDO: Mora pouca gente lá, relativamente.

CAMILA DIAS

// Mas se você fizer uma pesquisa sobre a questão da insegurança, certamente vai ser alta. E se você pegar um bairro periférico que tem taxas de homicídio e outros crimes muito maiores, é muito provável que a sensação de insegurança nessa região seja mais baixa. É óbvio que a sensação de insegurança está atrelada às percepções, mas ela também é alimentada por uma questão muito difusa do medo. A mídia tem papel nisso. Por exemplo, um homicídio bárbaro, que envolve criança. Se é feito um espetáculo em cima daquilo, como se ocorresse a qualquer momento... - mas na verdade são exceções. //

RUBENS FIGUEIREDO: Deixa eu fazer uma pergunta popular: tem que prender os *black blocs*?

CAMILA DIAS

// A prisão, para mim, tem que ser restrita a alguns perfis: aquela pessoa que, se for posta em sociedade, é uma ameaça. Na minha concepção, a prisão tem que estar restrita a esse perfil de indivíduo. Eu não acho que é o caso dos *black blocs*. //

RUBENS FIGUEIREDO: Mas a pessoa sai na rua quebrando tudo e...

SÉRGIO RONDINO: Há quem diga, obviamente, que isso seria caso para penas alternativas, pesadas ou não.

CAMILA DIAS

// Embora não seja a minha área, e aqui é só, digamos, uma avaliação distante, eu discordo completamente da forma dessa manifestação violenta, mas será que eles não estão querendo dizer alguma coisa? Que não se suporta mais esse País em que a gente vive? A gente está tentando falar de outro jeito desde meados da década de 1980. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Eu acho que a sua pergunta mostra bem a complexidade que esse debate tem. E a questão é a seguinte: não existe esse botão, eu quero prender aquele, não quero prender esse. Infrator que cometeu crime, depredou, agrediu, atacou uma autoridade policial, tem que cumprir a pena determinada pelo juiz. Se o juiz diz que não vai ser pena de prisão, não vai ser, não tem jeito. A falha está no fato de a polícia não conseguir indiciar, o Ministério Público não conseguir fazer a denúncia e o juiz julgar de forma política. Isso são anomalias do sistema, mas a gente ainda está aqui lutando com a dificuldade de gerar esses inquéritos. Eu acho que esses inquéritos precisam acontecer, eles não estão em número suficiente. Na Inglaterra tem quase mil e poucos ainda cumprindo pena por conta de 2011. Então eu acho que isso é uma resposta de um país democrático. Incendiar, atacar policiais, depredar, isso está tipificado no Código Penal. Então, que se aplique a pena. //

CAMILA DIAS

// E o policial que atirou no coração do menino? //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Está tipificado no Código Penal, encarcera o indivíduo que cometeu homicídio. //

CAMILA DIAS

// Mas ele não está encarcerado. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Mas deve, tem que ser, precisa... //

CAMILA DIAS

// O policial diz que foi sem querer, foi homicídio culposo. Ele está solto, né? //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Mas existe a lei, existe o contraditório, existe a dúvida, existe o processo que a justiça determina. //

CAMILA DIAS

// Então, veja, o que eu acho, até respondendo a sua pergunta. Esse sentimento de injustiça, de impunidade diante, sobretudo, das instituições, é que acaba alimentando esse tipo de reação, como a dos *black blocs* e, de uma outra perspectiva, também como de grupos como o PCC. //



LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Isso não faz sentido. Os *black blocs* são um grupo que se dedica à violência política-instrumental e estão surfando do ponto de vista do baixo custo que o nosso sistema de justiça criminal é capaz de impor a qualquer transgressor, seja ele político, seja um policial, seja um criminoso organizado. O que nós estamos lidando nesse País é com a dificuldade de impor um estado de direito naquilo que é mais fundamental, segurança pública. Nós não conseguimos condenar pessoas que são criminosas, que estão aí na rua, livres, praticando crimes dessa magnitude. //

SÉRGIO RONDINO: O Carlos Nelson Rox, de São Paulo, manda essa pergunta. A professora Camila abordou um tema interessante: os assassinatos, em tese, diminuíram. O cidadão de bem está desarmado, já o criminoso, independentemente de facções, está armado até os dentes. Ou seja, as pessoas tornaram-se prisioneiras em seus lares, em seus automóveis, em seus ambientes profissionais. A pergunta: não é um erro deixar as pessoas de bem sem possibilidade de defesa?

CAMILA DIAS

// Em primeiro lugar, eu detesto essa divisão entre as pessoas do bem e as pessoas do mal, porque essas pessoas do bem, óbvio que não dá para generalizar, mas muitas dessas pessoas também pagam a propina quando são pegas embriagadas. Essas pessoas de bem, vira e mexe a gente vê nos noticiários, matam pessoas atropeladas porque estão dirigindo embriagadas. Essas pessoas de bem também sonogam imposto, não fornecem nota fiscal. Enfim, acho que a divisão, as

pessoas do bem e as pessoas do mal, não retrata de forma adequada a realidade.

Em relação ao desarmamento, um fato é que os criminosos não têm dificuldade em comprar armas. Eu nunca ouvi, nunca entrevistei um criminoso, um preso, que dissesse: "Olha, eu tive dificuldade de encontrar uma arma". Eu nunca ouvi isso. Acho que eles não têm essa dificuldade. Acho que o desarmamento é uma coisa importante porque a gente sabe que ainda que seja a pessoa do bem, com sua arma para se defender, é comum ela usar em momento de nervosismo. Menos armas em circulação é importante se a gente pensa numa sociedade, de fato, menos violenta e mais pacificada. Eu não concordo que os cidadãos de bem tem direito de andar armados. Acho que se a gente for pensar assim, a gente volta atrás no processo civilizatório, cada um tem a sua arma, e você não precisa de polícia, porque salve-se quem puder. Quem tiver poder econômico para comprar uma arma melhor vai estar mais garantido e aí o estado de civilização, todo o processo de pacificação social pelo qual passaram os estados modernos vai por água abaixo, a gente regride. //

SÉRGIO RONDINO: Eu queria voltar à situação dos presídios e dos presos e colocar uma pergunta que nós ouvimos dos cidadãos de São Paulo, nas ruas, a respeito dessa questão. A gente vai mostrar agora.



Gustavo Henrique Ribeiro

CIDADÃO: Meu nome é Gustavo. Eu gostaria de fazer uma pergunta: Por que ainda não se conseguiu acabar com os celulares dentro das prisões?

RUBENS FIGUEIREDO: Saiu até uma matéria, só para complementar, de que os sinais são melhores dentro das prisões que fora.

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// São duas coisas. Tem celular dentro das prisões porque o sistema funciona mal. Dois, os celulares, em certa medida, foram tolerados aqui em São Paulo como fonte de escuta. Isso também foi parte de uma estratégia do Ministério Público e das polícias. Uma estratégia um tanto arriscada e estranha. É muito desconfortável conviver com uma situação irregular para qualquer autoridade pública, obviamente, mas resultou em um inquérito muito bem montado agora, apresentado pelo Gaeco, que eu acho que vai mostrar como esse grupo se organiza nas prisões e o que pode ser feito para coibir a ação deles fora, nas comunidades. Acho que isso é uma coisa que tem que acabar. Tem que reforçar a segurança operacional dos presídios, tem que ter um esquema melhor de revista. Isso não é difícil. Agora, o sistema de bloqueio de sinais também vai entrar em funcionamento - já foram licitados aqui em São Paulo. De uma maneira geral, celulares em presídios são prova de que o sistema precisa de investimento e organização na gestão. É um sistema que ainda tem grandes precariedades. //

SÉRGIO RONDINO: O senhor me desculpe, mas essa questão de deixar os presos atuarem com os celulares para comprovar os crimes deles me parece uma coisa bastante polêmica.

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Deu certo no caso específico dessa investigação, mas eu concordo que não é exatamente uma escolha muito elegante do ponto de vista jurídico. //



CAMILA DIAS

// Nesse ponto eu concordo com o Leandro, de que o sistema dá demonstração de falha. Mas lembro também que muita gente ganha dinheiro com isso, por isso que os celulares continuam entrando. Eles são muito caros para entrar numa prisão, é muito caro ter um celular dentro da prisão. //



Debora Silva Gomes

SÉRGIO RONDINO: A única coisa que eu sei, como notícia, é que a cada vez que se levanta essa polêmica, as autoridades dizem: a licitação está em andamento. Faz 10 anos que ouço isso.

CIDADÃ: *Meu nome é Debora. Eu trabalho como auxiliar de cobrança e gostaria de saber: é certo os presos receberem visitas íntimas?*

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// É, agora, parece que deu certo. //

SÉRGIO RONDINO: Tem uma outra questão, sobre as visitas aos presos.

CAMILA DIAS

// As visitas íntimas foram instituídas, não sei se no Brasil foi em São Paulo, em 1987. A visita íntima masculina. A feminina só recentemente, há poucos anos foi regulamentada. Por que se decidiu permitir a visita íntima? Porque o nível de violência, sobretudo violência sexual entre os presos, era muito grande. Na antiga Casa de Detenção, por exemplo, e todas as prisões em São Paulo - eu falo de São Paulo que é a realidade que eu conheço mais, mas em São Paulo e todos os lugares do Brasil eu tenho certeza que era assim - não havia a possibilidade de um preso satisfazer seus desejos sexuais. Isso fazia com que ele se tornasse um instrumento de violência, de poder e

de opressão dentro das prisões. Eu ouvi relatos de presos dizendo o seguinte: chegava um preso mais jovem, um rapaz com alguns traços mais próximos do feminino, a pele muito lisa, branca, já era vendido para alguns grupos que tomavam posse dele. Era uma situação de muita violência. Para que não sofresse violência sexual, a única opção era matar o seu agressor. É obrigado a cometer um crime para preservar sua integridade. Então, a visita íntima foi instituída a partir da reivindicação de uma série de grupos para tentar evitar, diminuir a violência dentro do sistema prisional. //

SÉRGIO RONDINO: Eu queria que cada um dos senhores fizesse uma formulação final a respeito dos presídios e sua relação com a criminalidade para a gente encerrar. Rubens você tem mais alguma observação a fazer?

RUBENS FIGUEIREDO: Eu acho que esse debate foi muito rico, especialmente porque trouxe abordagens distintas, mostrando que não é um problema muito fácil de ser resolvido. Mas indicou alguns caminhos que podem melhorar o sistema prisional e, principalmente, melhorando o sistema prisional, melhorar a segurança

SÉRGIO RONDINO: Então eu vou repetir e colocar como questão final: é possível melhorar a situação do nosso sistema prisional? O que falta fazer? Se é possível, o que é preciso fazer?

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Há um aspecto na pena de prisão que é muito importante: que ela não contribua para quebrar o vínculo do preso com a família e a comunidade. Nesse sentido, tudo que for feito para facilitar a convivência entre o preso e a família, entre o preso e as pessoas que viviam ali no bairro de referência dele é importante para uma recuperação que pode acontecer em alguns casos. Então, sempre que for possível aproximar o preso da família, é bom. A questão, obviamente, são os abusos e quem tem direito a isso e quem não tem em função do crime cometido e dos problemas disciplinares que se está enfrentando. De uma maneira geral, Camila deu a história aí, é uma história que mostra que simplesmente privar o preso do convívio familiar pode ser uma decisão muito negativa. //

CAMILA DIAS

// Acho que o debate sobre o encarceramento em si já é um avanço porque as prisões sempre foram o primo pobre da segurança pública, sempre passaram a ideia de que "agora está preso, acabou nosso problema, nós prendemos e pronto, já varremos o lixo para fora". Os fenômenos recentes nos mostram que não é assim que as coisas funcionam. Eu acho que a única forma de melhorar o sistema prisional é desencarcerando. Não há fórmula, não há investimento, não há dinheiro, não há possibilidade, economicamente falando, de

melhorar a situação das prisões. Nunca vão ressocializar – de fato, concordo com o Leandro, elas não servem para isso. Mas podemos torná-las menos criminosas. Não há como fazer isso sem desencarcerar. Nenhum Estado consegue suportar – como São Paulo, que tem uma média de 30 mil, 40 mil presos por ano – a ampliação do sistema de forma adequada para garantir o cumprimento da pena de prisão para esse volume de presos.

Então, há que se fazer um programa, um plano político de desencarceramento, reservando a prisão para aqueles que de fato têm que ser isolados da sociedade, precisam ficar isolados. E aí também eu concordo com o Leandro, que essa é uma política que não é do Executivo. Eu acho que a questão da segurança, do encarceramento, tem que ter um pacto que envolva as instituições do sistema de justiça, que envolva o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Legislativo e o Executivo. Não vejo isso acontecer. As plataformas políticas apostam no encarceramento, no investimento na polícia, sobretudo na Polícia Militar. Não vejo um horizonte muito positivo pela frente porque eu acho que enquanto nós apostarmos nessas medidas repressivas, encarceramento e polícia, a gente vai continuar dando voltas e tratando sempre dos mesmos problemas. //

SÉRGIO RONDINO: Portanto, uma solução para as prisões seria haver menos prisões?

CAMILA DIAS

// Desencarcerar e prender melhor, talvez. //

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

// Minha opinião é que enfrentamos no País, hoje, uma dificuldade que vai exigir um investimento significativo nessa área. Eu destaco entre as medidas necessárias a parceria público-privada, que acho uma forma muito importante de a gente aumentar o investimento no sistema prisional. Vários Estados têm feito experiência nesse sentido. Toda a manutenção do preso pode ser feito pelo setor privado. Isso pode ter ganhos na qualidade do sistema. A gente precisa aumentar o número de vagas no País. Acho que há déficit de vagas e as políticas de segurança pública estão diante de um desafio crescente, de responder a uma onda importante de aumento de crimes, crimes violentos em particular. Nós temos crimes violentos ocorrendo no País e eles exigem uma resposta por parte dos governos estaduais. Nesse aspecto, obviamente, não dá para decidir quem vai ser encarcerado porque isso é um processo que envolve o judiciário e não é a política pública possível de ser feita aí nessa frente. Mas do ponto de vista das polícias, acho que a grande batalha hoje é aumentar o número de inquéritos de qualidade, quer dizer, as polícias civis precisam melhorar os seus inquéritos, e bons inquéritos começam com boas prisões em flagrante.

Todo o sistema de segurança pública precisa passar por um choque de gestão nesse sentido, das metas para cada agente. PM realizando mais prisões, Polícia Civil investigando melhor e permitindo que o Ministério Público e a justiça produzam o indiciamento. Somando essas três pontas, a administração do sistema penitenciário precisa de investimentos e um choque de gestão também no sentido de resolver esses problemas hoje crônicos de corrupção e de falta de qualidade. Vejo na parceria público-privada uma forma de sair desse nó e acho que hoje a política de segurança pública tem

demonstrado, vários Estados hoje têm demonstrado, que é possível obter bons resultados investindo em boas práticas de gestão. //

SÉRGIO RONDINO: E com isso chegamos ao final desse nosso 13º debate da série “Desatando os Nós que Atrasam o Brasil”. Queria agradecer muito a participação do cientista político Leandro Piquet Carneiro e também da professora e socióloga Camila Dias. Agradecer ao Rubens Figueiredo e aos militantes e simpatizantes do PSD que reuniram grupos e acompanharam esse debate em todo o Brasil.



Espaço Democrático

Fundação para estudos e formação política do PSD

Presidente

Guilherme Afif

1º Vice-presidente

Vilmar Rocha

2º Vice-presidente

Diretor de Relações Internacionais

Alfredo Cotait

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Eduardo Sciarra

Conselho Consultivo

Acre - Sérgio Petecão

Alagoas - João Lyra

Amapá - Eider Pena

Amazonas - Omar Aziz

Bahia - Otto Alencar

Ceará - Almircy Pinto

Distrito Federal - Rogério Rosso

Espírito Santo - Max da Mata

Goiás - Vilmar Rocha

Maranhão - Cláudio Trinchão

Mato Grosso - Chico Daltro

Mato Grosso do Sul - Antonio João Hugo Rodrigues

Minas Gerais - Alexandre Silveira de Oliveira

Pará - Helenilson Pontes

Paraíba - Rômulo Gouveia

Paraná - Eduardo Sciarra

Pernambuco - André de Paula

Piauí - Júlio Cesar

Rio de Janeiro - Indio da Costa

Rio Grande do Norte - Robinson Faria

Rio Grande do Sul - José Paulo Dornelles Cairole

Rondônia - Moreira Mendes

Roraima - Fernando Antônio Lima de Freitas

Santa Catarina - Gelson Merísio

São Paulo - Gilberto Kassab

Sergipe - Jeferson Andrade

Tocantins - Irajá Abreu

Coordenadores dos Conselhos Temáticos

Política Econômica - Henrique Meirelles

Emprego e Trabalho - Ricardo Patah

Gestão Pública e Transparência - Rubens Chammas

Pacto Federativo e Tributação - Samuel Hanan

Previdência - Reinhold Stephanes

Educação - Alexandre Schneider

Saúde - Eleuses Paiva

Infraestrutura, Transportes e Energia - Eduardo Sciarra

Desenvolvimento Urbano - Paulo Simão

Desenvolvimento Rural - Cesário Ramalho

Meio Ambiente e Sustentabilidade - Marcelo Cardinale Branco

Cultura - Danilo Miranda

Esportes - Antonio Moreno Neto

Turismo - Marcelo Rehder

Indústria, Tecnologia e Inovação - Ozires Silva

Inteligência e Mídias Digitais - Aleksandar Mandic

Justiça - Arnaldo Malheiros Filho

Segurança Pública - Túlio Kahn

Desenvolvimento e Inclusão Social - Alda Marco Antonio

Participação e Cidadania - Ivani Boscolo

Política Externa e

Comércio Exterior - Embaixador José Botafogo Gonçalves

Defesa Nacional - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos

Pesquisa PSD SMS

O PSD e o Espaço Democrático estão atentos ao que pensam seus filiados, colaboradores e simpatizantes. Realizar enquetes através do envio de SMS é uma forma direta e instantânea de ouvir quem ajuda a construir o partido e sua fundação.

Cadastre-se no www.psd.org.br

Site Nacional: www.psd.org.br

Twitter Nacional: [@psd_55](https://twitter.com/psd_55)

Facebook Nacional: [PSD 55](https://www.facebook.com/PSD55)

CADERNOS DEMOCRÁTICOS

Coleção 2014 - Número 7

Coordenação - Scriptum Comunicação

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

